

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E SERVIÇOS  
RECÍPROCOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A DELEGACIA  
FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA E O  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, COM O OBJETIVO  
DE VIABILIZAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E  
DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, VEGETAL E INSPEÇÃO  
DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL.**

A Delegacia Federal de Agricultura na Bahia, representada pelo Delegado Federal MARCOS GALRÃO CIDREIRA e o Ministério Público Estadual, representado pelo Procurador Geral Dr. FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SÁ, doravante denominados DFA-BA/MINISTÉRIO PÚBLICO, resolvem firmar o presente protocolo, dentro da esfera das suas atribuições legais, visando a implementação e viabilização das ações de fiscalização sanitária animal, vegetal, insumos e inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

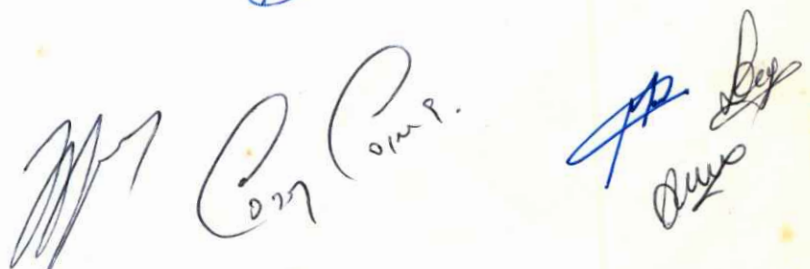
**1 - O OBJETO DO PROTOCOLO:**

**1 - Geral:**

Promover entrosamento entre os representantes dos organismos citados, notadamente aqueles relacionados à Defesa do Consumidor e ordem tributária e os representantes da Delegacia Federal de Agricultura na Bahia, para o cumprimento da Legislação específica pertinente a Defesa Sanitária Animal e Vegetal, Inspeção Sanitária Animal e Vegetal e Fiscalização de Insumos e demais derivados, com repercussão nas esferas civil, criminal, tributária e administrativa.

**2 - Específicos:**

**2.1 - combater a produção e o comércio clandestino de produtos de origem animal, vegetal e derivados, bebidas, insumos, produtos biológicos, produtos de uso veterinário e para a agropecuária, em todo o Estado da Bahia, por constituírem infração de natureza civil e criminal, notadamente contra as normas sanitárias, de direito tributário e do consumidor, previstas nas Leis nº 8.078/90 e 8.137/90, entre outras.**

The bottom of the document features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are two sets of initials, one of which appears to be 'C.M.' and the other 'P.M.'. On the right, there are more initials, including what looks like 'F.P.' and 'D.S.'.

- 2.1.1 - combater o abate clandestino de animais produtores de carne.
- 2.2 - Avaliar as condições higiênico-sanitárias dos matadouros e matadouros-frigoríficos em funcionamento no Estado da Bahia.
- 2.3 - Combater a produção e comercialização de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados, em desacordo com a legislação específica.
- 2.4 - Garantir o cumprimento dos atos praticados pelos agentes fiscais, na aplicação da legislação.
- 2.5 - Incrementar as ações de Produção, Fomento e Defesa Sanitária Animal e Vegetal.
- 2.6 - Assegurar e incrementar a aplicação e o cumprimento das Portarias nº 304/96, 145/98 e atos complementares, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES:

Constituem obrigações explícitas:

### 1 - DA DFA/BAHIA:

- a) Transferir informações técnico-administrativas à instituição citada, no sentido de que sejam conhecidas as atividades desenvolvidas e a legislação utilizada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da Delegacia Federal de Agricultura na Bahia.
- b) Difundir normas e procedimentos referentes a defesa, fiscalização e inspeção de produtos animais, vegetais e seus derivados e insumos para a agropecuária, particularmente quanto à documentação de registro de estabelecimentos produtores, vacinações, trânsito de animais e vegetais, produtos e subprodutos derivados, inclusive embalagens e outros necessários ao cumprimento dos objetivos específicos mencionados no artigo primeiro.
- c) Arcar com as despesas de diárias e deslocamento de pessoal, quando assim requerer o cumprimento da ação.
- d) Enviar ao signatário a relação de funcionários e Representações Regionais da Delegacia Federal de Agricultura na Bahia, que desenvolverão o trabalho de parceria concernente a execução deste Protocolo.
- e) Encaminhar ao representante legal do Ministério Público Estadual as fotocópias dos autos de infração, laudos técnicos e/ou outras peças processuais, que se enquadrem nos objetivos deste protocolo, para conhecimento e respaldo das providências pertinentes.
- f) Promover seminários e palestras no Estado da Bahia, visando a conscientização da população, dos consumidores, dos produtores e dos fornecedores dos produtos constantes deste protocolo.

*JS*

*Copy Cons.*

2  
*[Signature]*




## II - DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

- a) Requisitar a instauração de Inquérito Policial respectivo, face aos autos de infração e laudos técnicos encaminhados pela DFA/BAHIA, acompanhando o inquérito, se necessário.
- b) Instaurar os procedimentos civis (peças de informação e inquéritos) na forma das Leis nº 7.347/85 e 8.078/90.
- c) Ajuizar as ações competentes visando garantir o objeto do presente protocolo.
- d) Promover seminários e palestras no Estado da Bahia, visando a conscientização da população, dos consumidores, dos produtores e dos fornecedores dos produtos constantes deste protocolo.
- e) Estruturar, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça e de Defesa do Consumidor - CEACON, atuação sistemática para ser repassada a todos os Promotores de Justiça com atribuições para a área específica de Defesa do Consumidor, visando a uniformização da atuação institucional.

O presente protocolo poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, bastando para tal a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

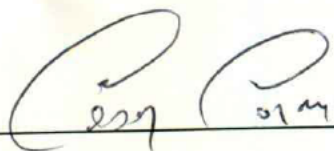
E como assim têm justo e combinado, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, rubricadas as páginas, na presença de testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 05 de MAIO de 1999.

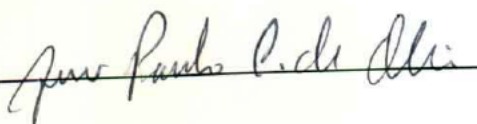
  
MARCOS GALRÃO CIDREIRA  
Delegado Federal de Agricultura/Bahia

  
FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SÁ  
Procurador Geral do Ministério Público Estadual

### TESTEMUNHAS

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_